Diretora: Emília Santos | Periodicidade Semanal - Registo na ERC | n.º 105690 - Propriedade: PSD | Partido Social Democrata
Identificação Fiscal: 500835012. | Sede de Redação/Editor: Rua de S. Caetano, n.º 9, 1249-087 LISBOA I Email: povolivre@psd.pt
Estatuto editorial: https://www.psd.pt/sites/default/files/2021-07/estatuto%20editorial%20POVO%20LIVRE.pdf

N.º 2356
25 DE JUNHO DE 2025

POVO LIVRE

CIMEIRA DA NATO EM HAIA

PORTUGAL ESTÁ PREPARADO PARA ASSUMIR RESPONSABILIDADES

05 PSD

PSD DE ESTRASBURGO E DELEGAÇÃO AO PARLAMENTO EUROPEU PROMOVERAM JANTAR COM A COMUNIDADE PORTUGUESA

No dia 18 de junho, a Secção do PSD de Estrasburgo e a delegação dos eurodeputados do PSD promoveram um jantar na associação Desportiva dos Portugueses de Estrasburgo-Elsau

10 LOCAIS

CELORICO DA BEIRA MOBILIZA CERCA DE 600 MIL EUROS PARA COMBATER POBREZA

Combater a exclusão social e a pobreza, sobretudo entre a população mais idosa, é o objetivo do Contrato Local de Desenvolvimento Social de 5.ª Geração (CLDS-5G) "Celorico Solidário"

11 REGIONAIS

JOSÉ MANUEL BOLIEIRO ELOGIA PROFISSIONAIS DE SAÚDE DO HOSPITAL CUF NO APOIO AO HDES

O Presidente do governo açoriano agradeceu aos profissionais do Hospital CUF-Açores o apoio prestado ao Serviço Regional de Saúde após o incêndio que em maio de 2024 afetou o hospital de Ponta Delgada

NACIONALIDADE COM REGRAS, IMIGRAÇÃO COM SENTIDO

As alterações propostas refletem a urgência de responder aos desafios atuais com uma política migratória simultaneamente firme e humanista.

EMÍLIA SANTOS
Diretora do Povo Livre

É inegável que o número de cidadãos de origem estrangeira a residir em Portugal tem crescido, de forma expressiva, nos últimos anos. Num país com uma forte tradição de emigração, é ainda maior a responsabilidade em encarar a imigração com consciência humanista, solidária e, não menos importante, com o enquadramento fundamental para uma plena integração.

Ora, a política de "portas abertas" que existia não só desregulou a imigração como facilitou o processo de atribuição de nacionalidade portuguesa para lá do razoável — muitas vezes, sem que os requerentes dominem aspetos fundamentais da nossa cultura ou sequer a língua.

Esta realidade levantou desafios à coesão social e dificultou processos de integração. Assistimos à proliferação de comunidades fechadas, cuja integração não tem sido eficaz, e ao crescimento de perceções de insegurança e desconfiança, frequentemente alimentadas por diferenças culturais ou religiosas, independentemente da sua legitimidade.

Reconhecendo o problema, o Governo, recentemente reconduzido e reforçado nas urnas, trouxe o tema para o centro do debate público e assumiu a necessidade de agir. As alterações propostas refletem a urgência de responder aos desafios atuais com uma política migratória simultaneamente firme e humanista.

Entre as medidas previstas, destaca-se o reforço dos critérios para a concessão da nacionalidade portuguesa. Passará a ser exigida uma ligação mais robusta à comunidade e à nação, baseada em permanência efetiva no território. No caso dos filhos de imigrantes, por exemplo, será necessário que os progenitores tenham residência legal e uma estadia mínima de três anos em Portugal — substituindo o mero pedido administrativo de vontade.

Paralelamente, propõe-se maior rigor em casos de criminalidade grave, que poderão implicar a perda da nacionalidade. A naturalização por ascendência também será restringida, como no caso dos judeus sefarditas, sendo limitada até aos bisnetos de cidadãos portugueses. Complementarmente, está em curso a criação de uma nova força policial com responsabilidade no controlo de fronteiras, reforçando a capacidade operacional do Estado neste domínio.

Estas medidas representam um passo importante no caminho para uma política migratória equilibrada, que respeite os valores humanistas consagrados na Constituição e garanta, de forma justa e eficaz, a integração de quem escolhe Portugal para viver e contribuir para o bem comum. Porque ser um país acolhedor não se mede pela ausência de regras, mas pela presença de princípios que nos unem e protegem.

PORTUGAL ESTÁ PREPARADO PARA **ASSUMIR RESPONSABILIDADES** DA CIMEIRA DA NATO

O Primeiro-Ministro assegurou que Portugal está preparado para as assumir as conclusões que saiam da cimeira da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), que "marca uma nova fase" da Aliança Atlântica pelos novos compromissos com gastos em Defesa.

"Portugal está preparado para ser parte de uma cimeira que marca uma nova fase, que garante a unidade da Aliança Atlântica, que garante a solidariedade entre Europa, os Estados Unidos, o Canadá", revelou Luís Montenegro, dia 25 de junho na cidade holandesa de Haia, onde decorreu a Cimeira da NATO.

O chefe de Governo respondia sobre se Portugal estaria preparado para *"pagar bem"* nos investimentos em Defesa, expressão usada pelo secretário-geral da NATO, Mark DE, numa mensagem enviada ao Presidente norte-americano, Donald Trump, e divulgada pelo republicano na terça-feira.

"[A aposta na área da Defesa] garante que nós, em conjunto, poderemos continuar a assegurar aos nossos cidadãos que os seus direitos, liberdades e garantias estão salvaguardados, que podemos ter as nossas democracias a funcionar e que podemos ter uma capacidade coletiva de enfrentarmos as ameaças que pairam sobre nós a vários níveis, não só do ponto de vista territorial, mas também do ponto de vista tecnológico", elencou o chefe de Governo, sublinhando a necessidade de *"solidariedade"* entre os aliados.

De acordo com Luís Montenegro, desta Cimeira sairá *"uma nova ambição"*. *"Todos teremos de fazer um esforço e este é um marco significativo da assunção de uma corresponsabilidade de, nomeadamente na Europa, podermos acompanhar um nível de investimento compatível com os grandes desafios para enfrentarmos as ameaças e assegurarmos aos cidadãos europeus, e também aos portugueses, o cumprir da nossa democracia, dos direitos fundamentais dos cidadãos, da possibilidade de continuarmos a ser uma nação soberana"*, realçou.

Luís Montenegro salientou que na declaração final da cimeira *"ficará muito claro o apoio à Ucrânia na procura de uma paz justa e duradoura"*.

Investimento de 2% do PIB em Defesa em 2025

Luís Montenegro garantiu ainda que espera um consenso na cimeira da NATO, em Haia, para atingir os 3,5% do PIB em Defesa nos próximos 10 anos, insistindo que Portugal o fará com "equilíbrio" e responsabilidade.

"Nós temos uma perspetiva de poder ter um investimento nos próximos 10 anos que estimamos, possa gerar um consenso agora na cimeira. Não quero já antecipar as conclusões, de se poder atingir 3,5% do Produto [Interno Bruto]", referiu.

Portugal já se comprometeu a atingir o objetivo dos 2% do Produto Interno Bruto em Defesa este ano, sem orçamento retificativo ou quaisquer cortes em despesas sociais ou prejudicar as contas públicas, o que significa um aumento de cerca de 1.300 milhões de euros.

PSD DE ESTRASBURGO E DELEGAÇÃO AO PARLAMENTO EUROPEU PROMOVERAM **JANTAR COM A COMUNIDADE PORTUGUESA**

Na passada quarta-feira, 18 de junho de 2025, a Secção do PSD de Estrasburgo e a delegação dos eurodeputados do PSD promoveram um jantar na associação Desportiva dos Portugueses de Estrasburgo-Elsau (A.S.S.E.P.).

Esta associação foi fundada, em 1996, por um grupo de jovens portugueses residentes em Estrasburgo, dos quais destacamos o atual Presidente e fundador, Alfredo da Fonseca.

Marcaram presença os eurodeputados Paulo Cunha (chefe da delegação) e Sérgio Humberto. Neste jantar de convívio com a comunidade portuguesa estiveram presentes mais de duas dezenas de pessoas, nomeadamente militantes, simpatizantes e portugueses ligados à política local francesa, bem como o Presidente da Secção, Rui Ribeiro Barata, assim como vários dirigentes associativos portugueses das cidades de Estrasburgo e Colmar (região francesa da Alsácia).

Neste encontro, foram debatidos temas como a importância do movimento associativo português no estrangeiro. Começa a preparar-se em França as próximas eleições autárquicas, que terão lugar em março 2026.

A Secção do PSD de Estrasburgo irá promover novas iniciativas, estando já a preparar um encontro de confraternização com os eurodeputados do PSD na cidade de Colmar, durante as festividades do Mercado de Natal deste ano 2025.

LÍDIA PEREIRA DISCUTIU ACORDO UE-MERCOSUL E COP29 COM DELEGAÇÃO DO BRASIL E DO PARLASUR

A eurodeputada Lídia Pereira recebeu no passado dia 18 de junho, à margem da sessão plenária do Parlamento Europeu, uma delegação de parlamentares brasileiros e do Parlasur, para abordar o futuro das relações entre a União Europeia e o Mercosul e para compreender melhor os obstáculos que ainda se colocam à ratificação do acordo comercial celebrado pela Comissão Europeia em dezembro passado.

A reunião contou com a participação de figuras de relevo como Arlindo Chinaglia, Presidente da Comissão Temporária de Acompanhamento do Acordo UE-Mercosul, e Ricardo Salles, ex-Ministro do Ambiente e atual membro da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados do Brasil.

Lídia Pereira sublinhou que *"é essencial ultrapassar perceções erradas e consolidar uma parceria que reforce a estabilidade, o crescimento económico e os valores democráticos entre os nossos blocos".*

Tendo sido discutidas questões relacionadas com o impacto na agricultura e com a garantia de controlos fitossanitários, foi consensual que o acordo UE-Mercosul representa um pilar económico e geopolítico, num momento em que os dois blocos enfrentam desafios comuns em matéria de sustentabilidade, segurança e competitividade global.

Este encontro foi também uma oportunidade para discutir a COP30, que terá lugar no Brasil, na cidade de Belém, e a necessidade de aprofundar a cooperação em áreas estratégicas como a transição climática e a desflorestação.

A vice-presidente do Grupo PPE reiterou o seu compromisso com a promoção de relações comerciais assentes em regras claras, reciprocidade e respeito pelos valores democráticos, reforçando que *"o diálogo parlamentar entre a Europa e a América do Sul é fundamental para construir uma agenda comum de progresso e responsabilidade partilhada".*

PSD NO PARLAMENTO EUROPEU Carta da Europa

DIREITOS DOS PASSAGEIROS:
"REGREDIR É UM ERRO"

Sérgio Humberto, membro da Comissão dos Transportes e Turismo, apela a que *"não corramos o risco de enviar a mensagem de que estamos a regredir"* nos direitos dos passageiros aéreos.

O eurodeputado discursou na sessão plenária de Estrasburgo sobre os desenvolvimentos mais recentes na revisão dos regulamentos relativos aos direitos dos passageiros aéreos e à responsabilidade das companhias aéreas.

Para o deputado social-democrata, *"num tema tão significativo, que impacta a vida de milhões de pessoas, devemos ter em conta o limite mínimo de compensação por atraso de um voo, que deve ser de três horas e não de quatro"*. Sérgio Humberto alerta para o risco de tal se assemelhar a uma regressão, *"em vez de estarmos a proteger os cidadãos europeus"*.

"Como é que podemos garantir que estamos ao lado dos passageiros, que os defendemos, quando, aos olhos dos consumidores, lhes apresentamos o que se assemelha mais a um retrocesso do que a um avanço?", questiona.

Segundo o eurodeputado, a dimensão da interconectividade, sobretudo nas regiões ultraperiféricas e, *"sendo conveniente"*, o automatismo das indemnizações e o que poderá gerar na competitividade das companhias aéreas, são temas que devem ser, igualmente, priorizados.

"Devemos reforçar a confiança das pessoas, apostar na coesão territorial e promover a conectividade económica", defende Sérgio Humberto. *"Os direitos dos passageiros devem ser fortalecidos, devemos dar passos em frente na proteção dos consumidores e na defesa dos direitos já conquistados"*, afirma.

De acordo com a Comissão Europeia, a aviação apoia cerca de 5 milhões de empregos na União Europeia e contribui com, aproximadamente, 300 mil milhões de euros, o que equivale a 2,1% do PIB da UE.

Anualmente, mais de 900 milhões de passageiros aéreos viajam com origem, destino ou escala na União Europeia, representando, sensivelmente, um terço do mercado global de transporte aéreo.

PSD NO PARLAMENTO EUROPEU

Carta da Europa

PSD NO PARLAMENTO EUROPEU Carta da Europa

PAULO DO NASCIMENTO CABRAL QUER **CONCORRÊNCIA LEAL NO SETOR DAS PESCAS**

O Eurodeputado do PSD Paulo do Nascimento Cabral apresentou na Comissão das Pescas do Parlamento Europeu, o seu relatório sobre *"O papel das normas sociais, económicas e ambientais na salvaguarda da concorrência leal para todos os produtos alimentares aquáticos e na melhoria da segurança alimentar"*, tendo referido que *"este é um assunto muitas vezes debatido, mas no qual nada se fez ou deliberou. É fundamental termos uma posição sobre este assunto pois não é aceitável que se continuem a impor tantas regras e restrições aos pescadores e industriais do sector europeus e depois aceitarmos a entrada de produtos de pesca e relacionados de países terceiros, sem os mesmos padrões, criando uma pressão sobre os preços e concorrência altamente desleal. Assim fica difícil manter esta atividade tão importante do ponto de vista cultural e para as nossas comunidades costeiras e pescadores da União Europeia"*.

Durante a intervenção, o social-democrata alertou para a *"forte dependência da União Europeia no respeitante a importações. Importamos 70% dos produtos de pesca que consumimos, pelo que a concorrência desleal é ainda mais relevante na pressão sobre os preços, pois e a maioria dos países terceiros que exportam para a UE não têm os mesmos padrões laborais, sociais, económicos e ambientais que os exigidos aos europeus. Além disto, temos de salvaguardar a segurança alimentar europeia e este nível de dependência é inaceitável"*. No relatório está indicado que, para reforçar a segurança alimentar, a competitividade e apoiar a pesca responsável, a UE deve promover ativamente o consumo de produtos aquáticos provenientes de fontes sustentáveis.

No quadro económico, Paulo do Nascimento Cabral indicou *"os dados do Eurobarómetro em que, pela primeira vez, é o preço que mais pesa no processo de compra de peixe pelos europeus, em vez da qualidade e aparência, e estamos a assistir a uma diminuição do consumo de alimentos aquáticos". Nesse sentido, o relatório propõe, entre outras medidas, que a União Europeia avance com um selo de qualidade europeu para os produtos alimentares aquáticos que garanta a rastreabilidade, a sustentabilidade e o cumprimento das normas comunitárias. Esta rotulagem obrigatória deve incluir uma clara distinção entre os produtos apanhados em estado selvagem e os produtos de aquacultura, bem como o seu país ou região de origem. "Além do referido, o selo proposto deve conter informações de qualidade nutricional, pois como sabemos, o mesmo peixe/produto, tem diferentes qualidades nutritivas consoante o país em que é apanhado/produzido em aquacultura, por exemplo, pelo que temos de melhorar a informação ao consumidor, de modo a promover uma escolha informada, pois por vezes o preço é diferente da qualidade"*.

Paulo do Nascimento Cabral defendeu ainda *"o reforço e harmonização europeia dos controlos fronteiriços e aduaneiros, de modo a impedir a diferença de padrões de exigência nos portos e aeroportos europeus, e a entrada no mercado europeu de produtos que violam os princípios da concorrência leal e da segurança alimentar"*, acrescentando *"a necessidade de criar condições à implementação de esquemas de qualidade, como indicações geográficas e denominações de origem protegidas também no setor das pescas"*.

Referindo-se às Regiões Ultraperiféricas, nas quais se incluem os Açores e a Madeira, o Eurodeputado do PSD alertou para o *"impacto destas assimetrias nos pescadores, onde os custos de produção e transporte são naturalmente mais elevados. Uma das soluções passa por conceder maior autonomia ao artigo das Regiões Ultraperiféricas no Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, Pescas e Aquacultura - FEAMPA, restabelecendo o POSEI - Pescas, para garantir a competitividade do setor, apoios mais céleres e uma descentralização do processo de decisão estratégica dos apoios ao sector"*.

Paulo do Nascimento Cabral concluiu a sua intervenção agradecendo aos colegas "as reações extremamente positivas à minha proposta", tendo o relatório sido muito bem acolhido pelos grupos políticos que congratularam o Eurodeputado do PSD.

COIMBRA AVANÇA COM ESTABILIZAÇÃO DA ENCOSTA DA CALÇADA DE SANTA ISABEL

A Câmara Municipal de Coimbra consignou a empreitada de estabilização da encosta poente da Calçada de Santa Isabel, por 1,7 milhões de euros, numa obra que terá a duração de um ano.

Esta empreitada surge depois de uma outra obra naquela encosta, concluída em fevereiro de 2023 e orçada em mais de 300 mil euros, disse a Câmara de Coimbra, em nota de imprensa enviada à agência Lusa, recordando ainda que, nesse mesmo momento, foram gastos cerca de 150 mil euros na compra de um pátio necessário para a realização dos trabalhos.

"A obra tem por objetivo garantir a estabilidade de parte da Calçada Santa Isabel, do muro de suporte no tardoz do Convento São Francisco, do próprio Convento e de habitações particulares", esclareceu.

De acordo com o município, esta é uma *"obra urgente"*, já que os serviços municipais afirmam que há o risco de acidente *"provocado pela eventual queda de blocos e/ou deslize de massa de material proveniente do maciço da encosta"*. O concurso foi lançado em junho de 2024 e adjudicado em setembro desse ano.

A área da empreitada encontra-se numa zona condicionada, *"abrangida pela Zona Especial de Proteção (ZEP) do Mosteiro de Santa Clara-a-Nova/Mosteiro de Santa Isabel e pela Zona de Proteção da Igreja do Convento de São Francisco"*, referiu.

A empreitada está dividida em três zonas distintas de intervenção. A zona mais instável incide sobre o espaço entre o edifício do Círculo da Cultura Portuguesa e a calçada, sendo necessário criar ali um muro de contenção. A empreitada prevê ainda trabalhos para assegurar *"a drenagem de águas"*.

CELORICO DA BEIRA MOBILIZA CERCA DE **600 MIL EUROS PARA COMBATER POBREZA**

Combater a exclusão social e a pobreza, sobretudo entre a população mais idosa, é o objetivo do Contrato Local de Desenvolvimento Social de 5.ª Geração (CLDS-5G) "Celorico Solidário", que vai mobilizar 582.400 euros.

Aprovado em fevereiro pelo Instituto da Segurança Social, o programa arrancou esta terça-feira e vai ser coordenado pela Câmara Municipal de Celorico da Beira.

"O CLDS-5G 'Celorico Solidário' tem como foco principal as questões sociais e a fragilidade do território, abrangendo uma população que vai dos mais pequenos os mais idosos, com incidência nos mais frágeis", revelou o Presidente da autarquia, Carlos Ascensão.

Segundo o autarca, a população sénior é predominante no concelho, onde *"muitos idosos vivem algum isolamento social nas nossas aldeias, mas estão sinalizados e têm apoio"*.

O projeto inclui também ações para *"ajudar desempregados a encontrar soluções e respostas para a sua situação"*, bem como a organização de iniciativas lúdicas e de lazer para os mais novos.

O CLDS-5G *"Celorico Solidário"* vai atuar em segmentos da população *"com maiores carências e necessidades, propondo programas de acompanhamento, apoios, ações de formação e atividades inclusivas"*.

Carlos Ascensão considera que o programa *"complementa o trabalho da Câmara Municipal nesta área, realizado pelo Gabinete de Ação Social"*.

"É uma mais-valia para o território, porque vai trabalhar em articulação com as IPSS [instituições particulares de solidariedade social], as associações e o Gabinete de Ação Social da Câmara, que está a gerir vários programas nesta área, como Radar Social e outros", realça o autarca celoricense.

A sua expectativa é que o CLDS-5G *"Celorico Solidário"* vai criar *"uma complementaridade mais abrangente e mais eficácia em termos de respostas necessárias para o nosso território"*.

Com quatro anos de duração, o CLDS-5G *"Celorico Solidário"* sucede ao CLDS-4G e assenta em quatro eixos de atuação, entre eles o emprego, formação e qualificação.

Outra prioridade é o combate à pobreza e à exclusão social das crianças e jovens, bem como a promoção da autonomia, envelhecimento ativo e longevidade.

Por último, o *"Celorico Solidário"* pretende contribuir para o desenvolvimento social, a capacitação comunitária e a intervenção em contextos de emergência social e de cenários de exceção.

O investimento elegível é da ordem dos 582.400 euros, cofinanciados pelo Fundo Social Europeu em 85% (495.040 euros) e pelo município de Celorico da Beira em 15% (87.360 euros).

JOSÉ MANUEL BOLIEIRO
ELOGIA PROFISSIONAIS DE SAÚDE DO HOSPITAL CUF NO APOIO AO HDES

O Presidente do governo açoriano agradeceu aos profissionais do Hospital CUF-Açores o apoio prestado ao Serviço Regional de Saúde (SRS) após o incêndio que em maio de 2024 afetou o hospital de Ponta Delgada.

"Quero deixar uma palavra de gratidão e reconhecimento. O que cada um fez, fez bem", afirmou na segunda-feira, 23 de junho, José Manuel Bolieiro na cerimónia de homenagem aos profissionais do Hospital CUF-Açores, localizado na cidade da Lagoa, realizada após uma reunião com o CEO da CUF, Rui Diniz.

Segundo um comunicado do executivo regional de coligação, para além da homenagem aos profissionais envolvidos, o momento serviu também para assinalar os 80 anos da fundação da CUF, *"um marco simbólico de longevidade e compromisso com a saúde".*

O incêndio no Hospital do Divino Espírito Santo (HDES), em Ponta Delgada, na ilha de São Miguel, o maior dos Açores, obrigou a deslocalizar serviços e doentes para outras unidades de saúde na região, para a Madeira e para o continente.

"Graças à resposta rápida e eficaz das estruturas de saúde da região, em estreita articulação com o setor privado, foi possível assegurar a continuidade dos cuidados sem consequências graves para os utentes", referiu a nota.

Segundo José Manuel Bolieiro, citado no comunicado, o sucesso da operação *"foi fruto de uma ação coordenada, onde todos deram o melhor de si".*

"Foi uma situação de calamidade, mas correu bem porque houve esforço, entrega e profissionalismo", sublinhou o governante, acrescentando que *"não houve facilitismos, houve virtude na forma como foi enfrentada a dificuldade".*

O líder do executivo açoriano destacou ainda a forma como a CUF acolheu os utentes, garantindo *"condições de dignidade e qualidade clínica".*

A homenagem foi também ocasião para o governante *"reforçar o compromisso do governo dos Açores com uma estratégia de colaboração entre os setores público, privado e social da saúde",* tendo Bolieiro defendido um modelo de complementaridade que *"potencie recursos e capacidades, assegurando uma rede de resposta mais robusta e integrada".*

A concluir, o líder do Governo Regional dos Açores deixou uma mensagem de estímulo: *"Cada situação é uma oportunidade de aprendizagem. Continuaremos a trabalhar para uma saúde mais preparada, mais humana e mais próxima".*

O incêndio ocorrido em 04 de maio de 2024 no HDES causou prejuízos estimados em 24 milhões de euros e obrigou à transferência de todos os doentes que estavam internados. Os serviços do hospital reabriram de forma faseada e foi instalado um hospital modular junto ao edifício do HDES, que será alvo de obras de recuperação e modernização.

GOVERNO DOS AÇORES DEFINE **RESTRIÇÕES NA PESCA DE ATUM BONITO**

O Governo dos Açores definiu restrições à pesca do atum bonito ("Katsuwonus pelamis") na região, que se aplicam *"assim que se atinja os 85% da capacidade de ocupação de cada um dos entrepostos"* geridos pela Lotaçor.

Segundo a Secretaria Regional do Mar e das Pescas, a portaria publicada na terça-feira no *"Jornal Oficial"* e que entra em vigor dia 25 de junho, que revoga a portaria n.º 108/2021, de 30 de setembro, *"aplica-se a todas as embarcações que descarreguem para os entrepostos na Região Autónoma dos Açores"*.

O Governo Regional dos Açores justifica na publicação que o segmento da pesca do atum representa para a região *"uma importante fonte de rendimento, com grande impacto socioeconómico para o setor da pesca em geral, considerando as atividades conexas à mesma"*.

"Face à necessidade de adaptar as descargas à capacidade de congelação existente nos entrepostos frigoríficos existentes na Região Autónoma dos Açores, bem como à própria capacidade de receção de matéria-prima e laboração diária da indústria conserveira, e de modo a evitar qualquer perda de qualidade nas descargas, considera-se fundamental regular o exercício da pescaria da espécie bonito", acrescenta.

O executivo de coligação açoriano, após ouvir as associações representativas do setor, definiu que o desembarque de exemplares da espécie bonito para os entrepostos na região *"está limitado a um desembarque a cada 24 horas e em função do comprimento de fora-a-fora das embarcações"*.

Para embarcações de comprimento de fora-a-fora igual ou superior a 20 metros, está autorizado o desembarque até 10 toneladas e para embarcações de comprimento de fora-a-fora inferior a 20 metros e igual ou superior a 14 metros, até oito toneladas.

Já para embarcações de comprimento de fora-a-fora inferior a 14 metros e igual ou superior a nove metros, a autorização é até quatro toneladas, enquanto para embarcações de comprimento de fora-a-fora inferior a nove metros, é até uma tonelada.

A portaria refere que é da responsabilidade da Lotaçor – Serviço de Lotas dos Açores, S. A., comunicar ao departamento do Governo Regional com competência em matéria de pescas as taxas de ocupação dos entrepostos e que por despacho do membro do executivo com competência no mesmo setor é declarada a ocupação de 85% de cada um dos entrepostos que determina a sua aplicação.

Número 664 • 24 DE JUNHO DE 1987 • Preço 30$00

Povo livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director: Vítor Crespo

Cavaco Silva às Mulheres Sociais Democratas

Dar a Portugal o melhor de nós próprios

O Prof. Cavaco Silva usando da palavra no I Encontro Nacional das Mulheres Sociais Democratas em que participaram mais de mil pessoas

• (Pág. 2)

No Hotel Alfa em Lisboa amanhã quinta-feira às 15 h 30

Conferência de Imprensa com Cavaco Silva
Apresentação do manifesto eleitoral do PSD e do balanço da acção governativa

CAVACO SILVA

em tempos de Antena na RTP

Dia 28 — Parlamento Europeu

Dia 30 — Assembleia da República

(ver calendário na página 8)

EDIÇÃO N.º 664 do “Povo Livre” | de 24 de junho de 1987

“Cavaco Silva às Mulheres Sociais Democratas: Dar a Portugal o melhor de nós próprios.”

CONVOCATÓRIAS **PSD**

RECEÇÃO **TERÇA-FEIRA ATÉ 12H00 | Email:** convocatorias@psd.pt

DISTRITAIS

SETÚBAL

Nos termos dos Estatutos convoco a Assembleia Distrital de Setúbal para uma reunião extraordinária, no próximo dia **2 de julho de 2025**, (quarta-feira), pelas **21h00**, na Biblioteca de Alcochete, sita na Rua Professor Leita da Cunha, em Alcochete, com a seguinte ordem de trabalhos:
1. Informações;
2. Análise da Situação Político-Partidária

SECÇÕES

AROUCA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se ordinariamente a Assembleia da Secção de Arouca, para reunir, no próximo dia **4 de julho de 2025** (sexta-feira), pelas **21H00**, no Cine-Estúdio da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Arouca, sito na Rua dos Bombeiros Voluntários de Arouca, em Arouca, com a seguinte ordem de trabalhos:
1. Informações;
2. Autárquicas 2025;
3. Outros assuntos.

CASCAIS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Militantes da Secção de Cascais para o dia **17 de Julho de 2025** (quinta-feira) pelas **21H00**, a qual irá decorrer presencialmente nas instalações do Hotel Baía em Cascais, com a seguinte ordem de trabalhos:
1. Informações;
2. Eleições Autárquicas 2025.

MONTALEGRE

Ao abrigo dos estatutos nacionais do Partido Social Democrata e do Regulamento Eleitoral, convocam-se os militantes do PPD/PSD, da secção concelhia de MONTALEGRE, para reunirem em Assembleia no próximo dia **6 de julho de 2025** (domingo), pelas **14H30** na sede do PSD de Montalegre, sita na Pr. de França, nº 395, loja 4-A do edifício Cabrilho, em Montalegre, com a seguinte ordem de trabalhos:
1. Análise da Situação Política;
2. Autárquicas 2025: Parecer sobre as candidaturas aos órgãos das autarquias locais e aprovação do programa eleitoral;
3. Outros assuntos.

PENAFIEL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Penafiel para reunir, no próximo dia **5 de Julho de 2025** (sábado), pelas **16H00**, no Auditório do Pavilhão Agrival, sita na Rua Dom António Ferreira Gomes, Milhundos, Penafiel, com a seguinte ordem de trabalhos:
1. Análise da situação política.
Notas: Se à hora prevista não se verificar quórum, a Assembleia reunirá meia hora mais tarde, com qualquer número de militantes.

PORTIMÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, e demais regulamentos aplicáveis, serve a presente para convocar os militantes da seção de Portimão do PSD para uma Assembleia Ordinária de Secção a ser realizada no próximo dia **3 de Julho de 2025** (quinta-feira) pelas **20H30**, na sede do PSD de Portimão, sita na Rua do Colégio número 6 em Portimão, com a seguinte ordem de trabalhos:
1. Informações;
2. Eleições Autárquicas.

SEIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Extraordinária da Secção de Seia, para reunir no próximo dia **2 de Julho de 2025** (quarta-feira) pelas **21H00**, na sua sede, sita na Avenida 1 de maio, 26 cave 6270-479 Seia com a seguinte ordem de trabalhos:
1. Análise política atual;
2. Plano político estratégico local;
3. Informação sobre as eleições autárquicas 2025;
4. Outros assuntos.
Nota: Se à hora marcada não estiver presente o número de militantes necessário para preencher o quórum, nos termos dos Estatutos, realizar-se-á no mesmo local, 30 minutos depois, às 21H30 com qualquer número de militantes presentes.

SETÚBAL

Nos termos dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata convocam-se todos os militantes para reunirem, em sessão ordinária da Assembleia de Secção de Setúbal, no dia **3 de julho de 2025**, (quinta-feira), pelas **21H00**, na sede da Seção, sita na Rua Rodrigues de Freitas, n.º 23, 1.º Esq., em Setúbal, com a seguinte ordem de trabalhos:
1. Informações;
2. Processo Autárquico 2025;
3. Análise da situação político-partidária.
Notas: De acordo com os Estatutos Nacionais do PPD/PSD a Assembleia de Secção pode deliberar trinta minutos após a hora fixada para o início dos trabalhos com qualquer número de presenças.

SILVES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Silves para reunião ordinária, no próximo dia **4 de julho de 2025** (sexta-feira), às **20H30**, na sede do Partido em Silves, sita na Rua Cândido dos Reis, Lt C, Lj B com a seguinte ordem de trabalhos:
1. Eleições Autárquicas 2025 - Emissão de Parecer sobre as candidaturas aos órgãos das Autarquias Locais, sob proposta da Comissão Política de Secção, nos termos do disposto do Art.º 53.º dos Estatutos Nacionais do PSD;
2. Análise da Situação Política no Concelho de Silves;
3. Outros assuntos de interesse dos militantes.

VILA NOVA DE GAIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Nova de Gaia, para reunir no dia **7 de julho de 2025**, (segunda-feira), às **21H00**, na Sede Concelhia, sita à Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 1323, em Vila Nova de Gaia, com a seguinte ordem de trabalhos:
1. Informações;
2. Apresentação de Contas anuais da Secção do PSD de Vila Nova de Gaia;
3. Análise da situação política;
4. Outros assuntos.

CONVOCATÓRIAS **JSD**

RECEÇÃO **SEGUNDA-FEIRA ATÉ 18H00 | Email:** jsdnacional@gmail.com

III CONSELHO NACIONAL ORDINÁRIO DA JSD

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e demais Regulamentos da JSD, convoca-se o III Conselho Nacional Ordinário da JSD, a realizar no próximo dia **6 de julho de 2025**, (domingo) pelas **15h00**, no Pavilhão Centro de Portugal, sito na Avenida da Lousã em Coimbra, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Análise da Situação Política e balanço da atividade da Comissão Política Nacional, nos termos da alínea b) do artigo 27.º e do artigo 30° dos ENJSD;
2. Outros Assuntos.

AMADORA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da JSD Amadora para se reunirem em Plenário de Militantes, no próximo dia 11 de julho de 2025, pelas 21h00, na sede situada na Avenida 11 de Setembro de 1979, n.º 16A, 2700-624 Amadora, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Balanço dos primeiros 3 meses de mandato;
2. Análise da Situação Política Local e Nacional;
3. Outros Assuntos

MAIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e demais Regulamentos da JSD, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD Maia, a realizar no dia 04 de julho de 2025 (sexta-feira) pelas 21h15, na sede do PSD/JSD da Maia, sita na Rua Eng. Duarte Pacheco, n.º 987, 4470-287, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações;
2. Análise da Situação Política;
3. Outros Assuntos;

ERRATA - VILA VERDE

Ao abrigo dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral da JSD, convocam-se todos os militantes da concelhia da JSD de Vila Verde, dotados de capacidade eleitoral ativa para reunirem em Assembleia, no dia 26 de julho de 2025 (sábado), pelas 18H00, na Sede da Junta de Sabariz, sita na Rua Via Romana, n.º 30, 4730-430 Sabariz, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa de Plenário e da Comissão Política Concelhia da JSD Vila Verde.

Notas: As urnas estarão abertas entre as 18h00 e as 20h00. As listas para os órgãos objeto da eleição deverão ser apresentadas ao Presidente da Mesa do Congresso Distrital para o email mnbcunha@gmail.com, até às 23H59 do sétimo dia anterior ao ato eleitoral.